

FORTE RETROCESSO NA JÁ DÉBIL INSTITUCIONALIDADE DEMOCRÁTICA DE EL SALVADOR.

Celia Medrano

CAUDILHISMO E AUTOCRACIA

Em El Salvador, o ano de 2020 foi marcado por sérios retrocessos nas já frágeis instituições democráticas do país. As práticas autoritárias executadas pelo atual Poder Executivo mantêm um confronto permanente com os poderes Legislativo e Judiciário, com o Ministério Público, com a imprensa independente e com as organizações de defesa dos direitos humanos em nível nacional e internacional.

A imposição de objetivos políticos por meio do uso da força militar e policial foi uma constante que teve uma de suas máximas expressões no dia 9 de fevereiro de 2020. Naquele dia, o presidente Nayib Bukele tentou coagir os legisladores, militarizando as instalações da Assembleia Legislativa, para pressionar pela aprovação de um empréstimo internacional supostamente voltado ao fortalecimento de suas ações em segurança pública.

O 9F tornou-se uma referência obrigatória na análise e prospecção que se possa fazer sobre os marcos democráticos, a institucionalidade, os direitos humanos e o conjunto de parâmetros propostos pelas Nações Unidas para a garantia dos espaços cívicos: liberdade de associação, liberdade de exercício do direito de reunião pacífica, acesso à informação e liberdade de expressão¹. Uma avaliação do avanço ou declínio dos espaços cívicos em El Salvador começa por observar se esses direitos são respeitados.

A liberdade de expressão, vinculada ao exercício de acesso à informação, foi, provavelmente, o direito mais violado naquele ano. Também é importante assinalar os contextos nos quais defensores dos direitos humanos e comunicadores independentes foram restringidos, coagidos e atacados. Isto em função de silenciar ou deslegitimar vozes críticas que denunciavam atos de corrupção, arbitrariedades, inobservância da lei, ligação entre funcionários do governo e o crime organizado, apologia à violência de gênero e impunidade quando o aparato governamental é acionado, tanto em suas estruturas institucionais quanto por meio de uma ampla rede de ativistas pró-governo que opera sob a proteção aberta ou aquiescente da polícia e das forças armadas, tanto nas ruas quanto em um amplo leque de mídias virtuais.

A Associação de Jornalistas de El Salvador (APES) denunciou, entre junho de 2019 e novembro de 2020, um total de 100 violações ao livre exercício do jornalismo², que incluem graves acusações públicas contra meios alternativos feitas pelo próprio Presidente durante as transmissões em redes nacionais de rádio e televisão. Por sua vez, a ouvidoria do ombudsman registrou 84 violações ao direito de acesso à informação pública apenas em março e abril³.

Em uma carta enviada em setembro ao presidente Bukele, membros democratas do Senado e da Câmara dos Representantes dos EUA expressaram sua "profunda preocupação com a crescente hostilidade de seu governo com os meios de comunicação independentes e investigativos"⁴. No mesmo mês, seis congressistas republicanos⁵ também expressaram sua preocupação com o retrocesso do estado de direito, a utilização do exército no 9F, o descumprimento de decisões judiciais e as negociações entre funcionários do governo e membros de gangues, especificamente a conhecida como Mara Salvatrucha-13.

As denúncias registradas aumentaram significativamente durante a COVID-19. El Salvador é apontado por violações de direitos fundamentais sob o amparo da necessidade de proteção contra a pandemia. O Presidente Bukele anunciou publicamente que não acatará as decisões da Corte Suprema de Justiça que o instam a respeitar as normas constitucionais e as competências de outros organismos do Estado, o que motivou que o Alto Comissariado para os Direitos Humanos assinalasse que se estão "infringindo os princípios fundamentais do Estado de Direito"⁶.

Apesar dos pedidos nacionais e internacionais, a situação deve se agravar. O Presidente contou com o apoio do Embaixador dos Estados Unidos em El Salvador, Ronald Johnson e do Secretário-geral da Organização dos Estados Americanos, que não hesitaram em chamar de "vozes históricas"⁷ aqueles que alertaram sobre esses vieses autoritários.

O desrespeito à institucionalidade e aos mecanismos de controle interestatais tem sido uma marca da administração presidencial de Bukele, que fez do confronto com os poderes Judiciário e Legislativo um componente de uma estratégia de proselitismo, visando conseguir a maioria das cadeiras no parlamento nas eleições de fevereiro de 2021.

A prática de governos anteriores no uso de forças militares em tarefas próprias da segurança pública, ação contrária aos Acordos de Paz firmados em 1992, sempre respondeu a uma agenda eficaz no curto prazo para atrair o eleitorado. O maior custo desta prática é voltar a dar destaque às Forças Armadas no cenário político nacional. Uma nova proposta de lei de segurança nacional foi incluída na agenda da Assembleia Legislativa. Esse papel foi reforçado por Bukele, que respondeu com a força militar ou por meio de uma força policial militarizada diante de qualquer conflito social ou político que surgiu em apenas um ano e meio de governo.

No curto prazo é urgente que a comunidade internacional redobre seus esforços para apoiar e fortalecer o trabalho dos defensores dos direitos humanos e dos jornalistas. A médio prazo, é importante focar no combate à corrupção e à cooptação do crime organizado na administração pública, bem como limitar o papel das forças militares, afastando-as da sua instrumentalização para impor, acumular e concentrar poder político contra a liberdade dos cidadãos de exigir seus direitos sem medo de represálias.

No que se refere a um curso de ação de longo prazo, este não pode estar limitado a um único país ou região. Trata-se de desafios com alcance mundial que requerem a aplicação de abordagens multinacionais, multidisciplinares e inclusivas para a aplicação de mecanismos de resposta e colaboração multilateral. Nesse sentido, é obrigatório o fortalecimento do sistema interamericano de proteção dos direitos humanos, da Comissão IDH e da Corte IDH, bem como não continuar a procrastinar uma revisão aprofundada do papel da Organização dos Estados Americanos no compromisso com a institucionalidade democrática, coluna principal que determina o fortalecimento dos espaços cívicos no continente.

NOTAS

- 1) Guterres, António. (24/02/2020) Secretário-geral das Nações Unidas. Escritório do Alto Comissariado de Direitos Humanos. Genebra, Suíça.
- 2) Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Audiência temática "Atrasos no acesso à informação pública e restrições ao jornalismo em El Salvador". (12/03/2020). Washington D. C.
- 3) Tobar, Apolônio. (16/04/2020) Advogado de Defesa dos Direitos Humanos de El Salvador. Relatório especial entregue ao Supremo Tribunal de Justiça pela Procuradoria de Defesa dos Direitos do Homem.
- 4) Engel, Eliot L. e outros (09/10/2020) Carta ao Presidente da República de El Salvador. Comissão de Relações Exteriores do Congresso dos Estados Unidos.
- 5) Joyce, David P; Díaz-Balart, Mario; Davis, Rodney; Fitzpatrick, Brian; Mooney, Alex X; Rooyen, Francis. (23/09/2020). Carta ao Presidente da República de El Salvador. Congresso dos Estados Unidos.
- 6) Bachellet, Michele. (20/04/2020). Lançamento. Alto Comissário para os Direitos Humanos. Genebra Suíça.
- 7) Almagro, Luis. (01/07/2020) O Secretário-geral da OEA afirma que há "vozes históricas" para cada decisão do Presidente Nayib Bukele. Lançamento. Secretariado de imprensa. Presidência da República de El Salvador.